

O filho único na sociedade portuguesa contemporânea: descendência ideal ou descendência possível?

*Vanessa Cunha*¹⁰⁶

Nas últimas décadas a sociedade portuguesa tem sido palco do recuo acentuado da fecundidade. A difusão de métodos contraceptivos modernos, mais seguros, não é certamente alheia a este fenómeno, mas o que é que subjaz à restrição dos nascimentos? A mudança ao nível dos ideais de família, que passam a contemplar um modelo de descendência mais restrito? A necessidade de limitar o número de filhos, como resposta aos constrangimentos que se colocam no quadro de vida das famílias?

Tendo como pano de fundo estas interrogações, a presente comunicação procura fazer luz sobre as razões que sustentam a decisão de ter uma descendência limitada, concretamente a de filho único, bem como identificar os contextos sociais que são mais marcados por esta realidade.

Assim, a partir dos resultados de um inquérito a mulheres portuguesas com filhos, no qual se dá conta das suas representações, aspirações e práticas no domínio procriativo,¹⁰⁷ vamos analisar, num primeiro momento, o ideal abstracto de filhos à luz da coorte de entrada da maternidade, de modo a perceber se tem havido, ao longo das últimas décadas, um reequacionamento do modelo ideal de descendência; num segundo momento, vamos auscultar as razões que as inquiridas apontam para ficarem pelo filho único; e num terceiro momento vamos ver quem são, afinal, as “mães do filho único”, a partir de algumas variáveis que dão conta do seu lugar na estrutura social.

A fecundidade portuguesa no século XX

O recuo da fecundidade portuguesa inscreve-se numa tendência europeia, que se fez sentir mais cedo nos países da Europa do Norte e Central, em meados dos anos 60 do século XX, e só depois nos países do Sul, a partir de 70. Em pouco mais de 30 anos, Portugal alterou expressivamente a sua posição no espaço europeu. No início da década de 60, o índice sintético de fecundidade¹⁰⁸ era um dos mais elevados da Europa dos 15, enquanto que a partir dos anos 90 passa a alinhar sistematicamente com a média da UE. Desde 1992 que o indicador revela alguma estabilidade, oscilando entre 1,4 e 1,5, apenas com um pico de 1,6 em 2000 (Carrilho e Patrício 2004).

¹⁰⁶ Investigadora Associada Júnior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹⁰⁷ Trata-se do inquérito realizado no âmbito do projecto coordenado por Karin Wall, “Famílias no Portugal Contemporâneo” (CIES-ISCTE e ICS), do qual resultou a publicação: Wall, K. (2005).

¹⁰⁸ Número médio nados-vivos por mulher em idade fecunda (15-49 anos) num dado ano.

Quadro n.º 1 - Índice Sintético de Fecundidade – UE 15, 1960-2004

Anos	B	D	AL	G	E	F	IRL	I	L	H	A	P	FIN	S	RU	UE 15
1960	2,6	2,5	2,4	2,3	2,9	2,7	3,8	2,4	2,3	3,1	2,7	3,1	2,7	2,2	2,7	2,6
1970	2,3	2,0	2,0	2,4	2,9	2,5	3,9	2,4	2,0	2,6	2,3	2,8	1,8	1,9	2,4	2,4
1980	1,7	1,6	1,6	2,2	2,2	2,0	3,3	1,6	1,5	1,6	1,6	2,2	1,6	1,7	1,9	1,8
1990	1,6	1,7	1,5	1,4	1,4	1,8	2,1	1,3	1,6	1,6	1,5	1,6	1,8	2,1	1,8	1,6
1995	1,6	1,8	1,3	1,3	1,2	1,7	1,8	1,2	1,7	1,5	1,4	1,4	1,8	1,7	1,7	1,4
2000	1,7	1,8	1,3	1,3	1,2	1,9	1,9	1,3	1,8	1,7	1,3	1,5	1,7	1,5	1,6	1,5
2004	1,6 ^(e)	1,8	1,4 ^(e)	1,3 ^(e)	1,3 ^(e)	1,9 ^(p)	2,0 ^(e)	1,3	1,7	1,7	1,4	1,4 ^(e)	1,8	1,8	1,7 ^(e)	1,5 ^(e)

Fonte: Eurostat, 2001/2005

(e) Valor estimado (p) Valor provisório

Como é possível observar no quadro seguinte (quadro n.º 2), o recuo da fecundidade portuguesa não se deve a um claro aumento da proporção de mulheres sem filhos, como poderíamos ser levados a supor, e sim à diminuição muito significativa das descendências de 4 e mais filhos, a par do peso crescente das descendências de 2 filhos.

Ora, é mais precisamente da combinação desta inversão de forças e da tendência algo estável para haver uma proporção relativamente elevada de mulheres em cada geração que fica pelo filho único, que parece resultar o declínio da fecundidade. De facto, quando analisamos a descendência final das gerações mais antiga e mais recente, verificamos que enquanto a descendência média das mulheres nascidas em 1930 traduz o equilíbrio entre aquelas que ficaram pelo filho único e aquelas que tiveram 4 e mais filhos, a descendência média das mulheres nascidas em 1960 resulta, em grande medida, do peso global das descendências de 1 e de 2 filhos.

Quadro n.º 2 - Proporção de mulheres, em cada geração, por tipo de descendência e descendência final das gerações¹⁰⁹ – Portugal, 1930-1960

Gerações	sem filhos	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 e mais filhos	total	descendência final
1930	4	31	21	14	30	100	3,0
1940	6	26	30	16	23	100	2,6
1950	9	25	40	14	11	100	2,1
1960	7	31	43	12	7	100	1,9

Fonte: Eurostat (2001).

Como é evidente, esta evolução do quadro demográfico não pode ser dissociada do impacto dos novos métodos contraceptivos ao nível dos comportamentos reprodutivos, pois foi só a partir dos anos 70, com a difusão da pílula anticoncepcional e do dispositivo intra-uterino, que passou a ser possível fazer verdadeiras escolhas neste campo: ter filhos ou não, quantos e quando. Apesar de algum atraso nesta matéria, não alheio ao contexto social e político anterior ao 25 de Abril de 1974, também em Portugal se verifica o recurso crescente a métodos contraceptivos seguros no âmbito do planeamento familiar, nomeadamente por parte das gerações mais jovens e escolarizadas, como têm vindo a demonstrar alguns inquéritos nacionais à fecundidade¹¹⁰ (Almeida *et al.* 1995, 2002; INE 2001).

A montante da limitação dos nascimentos

Mas se a contracepção moderna constitui uma conquista dos nossos tempos, no sentido em que ter filhos já não é uma fatalidade da trajectória sexual do casal e sim a concretização de projectos pessoais/conjugais, o que é que está a montante da limitação dos nascimentos que tem vindo a reduzir a fecundidade portuguesa?

Por um lado, é plausível pensar que estamos perante uma mudança nos ideais de família, que passam a contemplar um modelo de descendência mais restrito, consentâneo com a redefinição do lugar da criança no quadro de vida das famílias.¹¹¹ Efectivamente, desde há alguns anos que estudos e inquéritos de âmbito nacional e internacional parecem apontar nesse sentido, nomeadamente para a consolidação de uma representação algo normativa de família, ancorada na ideia dos 2 filhos (Girard e Roussel 1976; Kellerhals *et al.* 1982;

¹⁰⁹ Número médio de nados-vivos que uma dada geração regista no fim do período reprodutivo. No caso de ainda não o ter atingido, trata-se de um valor estimado tendo em conta o comportamento das gerações anteriores.

¹¹⁰ “Inquérito Português à Fecundidade” de 1980 (INE); “Inquérito Nacional de Saúde” de 1987 (Ministério da Saúde); “Inquérito à Fecundidade e Família” de 1998 (INE).

¹¹¹ Foi Ariès, na obra clássica dos anos 60 *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, que inaugurou o discurso científico que alia a dimensão reduzida das descendências e a restrição intencional dos nascimentos a um quadro familiar ancorado nos afectos. Trata-se de um processo histórico de redefinição do lugar da criança na família, de sentimentalização da infância, que contrapõe a família tradicional e prolífica, em que o valor dos filhos reside na riqueza que podem produzir, no seu contributo instrumental para a vida familiar; à família moderna e malthusiana, afectiva, centrada no bem-estar e na mobilidade social dos filhos (Ariès, 1988; Bandeira, 1996; Saraceno, 1997; Shorter, 2001).

Almeida e Guerreiro 1993; Almeida 1993; Wall 1998/2005; Segalen 1999; INE 2001).

Por outro lado, é importante não esquecer que o recuo da fecundidade das últimas décadas ocorre a par de outras mudanças igualmente expressivas da sociedade portuguesa, designadamente no que respeita à condição social feminina (Almeida *et al.* 1998; Machado e Costa 1998; Almeida e Wall 2001). Com efeito, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho¹¹² e o alongamento generalizado dos percursos escolares¹¹³ trazem a lume novas questões, como a existência de outras fontes de gratificação para a mulher que concorrem com o universo familiar e doméstico (Kellerhals *et al.* 1989), ou a conciliação entre a vida familiar e a esfera do trabalho (Guerreiro 1998). É a gestão da carreira profissional por parte das mulheres mais qualificadas, é ainda, e principalmente, o leque de constrangimentos quotidianos de quem trabalha: o cansaço, a falta de tempo, a falta de disponibilidade (Cunha 2000, 2005).

Ora, é a partir desta dupla ancoragem que vamos procurar fazer luz sobre alguns factores que estão na base da limitação dos nascimentos na sociedade portuguesa. Os dados que se seguem resultam, então, da análise do inquérito às famílias portuguesas com filhos (Cunha 2005).

Os ideais de fecundidade ao longo do tempo

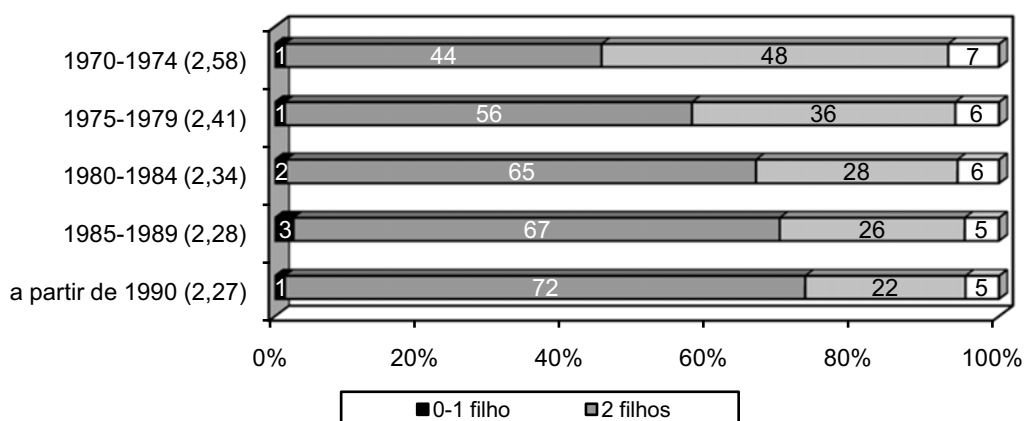
Num primeiro momento, de modo a dar conta das mudanças que a sociedade portuguesa tem vindo a registar ao nível dos ideais de fecundidade, vamos olhar para a evolução de um indicador clássico na sociologia da família que é o ideal abstracto (Bassand e Kellerhals 1975). Como o próprio nome indica, este indicador remete para o universo das representações, para o modelo dominante de descendência num dado contexto histórico e cultural. De facto, as mulheres inquiridas entraram na maternidade em tempos sociais distintos: nos anos 70, 80 e 90. Será que aquelas que foram mães mais recentemente consideram ideal uma descendência mais restrita do que aquelas que o foram há mais tempo?

Quando observamos a evolução do ideal abstracto à luz da coorte de entrada na maternidade verificamos que há, sem dúvida, uma tendência para este se tornar mais contido. Passa de 2,58 filhos, em média, para as mulheres que foram mães na primeira metade dos anos 70, para 2,27, para aquelas que o foram no início dos anos 90.

¹¹² A taxa de actividade feminina passou de 13% em 1960 para 58% em 2000. E se tivermos em atenção o grupo etário dos 25 aos 39 anos, exactamente aquele que concentra os nascimentos dos filhos, a taxa de actividade sobe para cima dos 80% (Guerreiro, 2001).

¹¹³ A taxa de analfabetismo passou de 33,1 para 11,0% entre 1960 e 1991. Por outro lado, na população entre os 20 e os 24 anos, os estudantes universitários passaram de 3,4 para 28,7% em igual período. (Machado e Costa, 1998).

Gráfico n.º 1 - Ideal abstracto segundo a coorte de entrada na maternidade



Esta tendência resulta, basicamente, da passagem de uma representação de família assente equilibradamente em 2-3 filhos, para uma ideia de família mais norteada para os 2 filhos: o modelo de 2 filhos passou de 44 para 72%, enquanto que o modelo de 3 filhos passou de 48 para 22%.

Quanto aos ideais abstractos de 1 filho e de 4 e mais filhos, eles foram sempre residuais, dado duplamente interessante, pois significa que nem o modelo da família numerosa marcava os ideais das mulheres que entraram na maternidade no início dos anos 70, nem o ideal do filho único tem aumentado, sendo hoje tão marginal como no passado.

O cenário é totalmente diferente quando olhamos para a descendência das inquiridas (gráfico n.º 2). Se a maioria tem efectivamente 2 filhos, realidade que traduz o ideal dominante, há também um conjunto muito expressivo de inquiridas que tem apenas um filho. Ora, o facto é que para as mães dos filhos únicos, a descendência e os ideais não estão em sintonia, já que praticamente todas têm um ideal abstracto superior (gráfico n.º 3).

Gráfico n.º 2 - Descendência actual

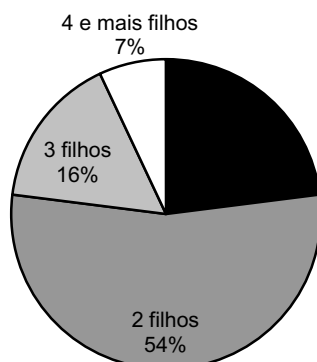
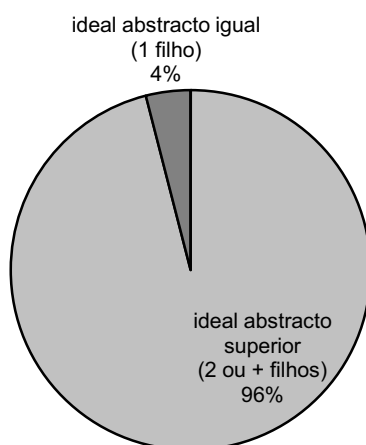


Gráfico n.º 3 - Desfasamento entre o ideal abstracto e a descendência actual

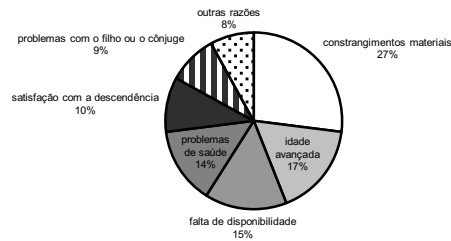


Se o modelo vigente de família não assenta decisivamente na ideia do filho único, o que significa este desfasamento entre o ideal e a prática? Por outras palavras, num quadro onde desejar e ter 2 filhos é a “norma”, que motivações levam as inquiridas a não arriscarem um segundo filho? Vamos então analisar as razões que sustentam a decisão de ter um único filho.

As razões do filho único

Foram várias as razões apontadas pelas inquiridas para ficarem pelo filho único, razões essas que foram agregadas em seis grandes categorias.

Gráfico n.º 4 - Razões para ficar pelo filho único



No topo da lista, a reunir 27% das respostas, aparecem os constrangimentos materiais, ou seja, as dificuldades económicas, os problemas de alojamento, o desemprego e a insegurança face ao futuro. Em segundo lugar surge a idade avançada, o que terá certamente a ver com as alterações ao nível do calendário da fecundidade ao longo dos últimos anos. A tendência para adiar a vinda do primeiro filho pode inviabilizar um projecto mais ambicioso.¹¹⁴ Em terceiro lugar está a falta de disponibilidade pessoal, que se prende muito concretamente à dificuldade em conciliar a vida familiar e o universo profissional. É a falta de tempo, é o cansaço, é a falta de paciência. Estas são razões que retiram o fôlego para “começar tudo de novo”, como algumas inquiridas referiram. Em quarta posição aparecem os problemas de saúde das mulheres e só em quinta posição surge a satisfação com a descendência. Finalmente, em sexto lugar temos os problemas com os filhos ou o cônjuge. São as angústias e as preocupações com a educação e os cuidados aos filhos; são os problemas de saúde do filho ou do cônjuge; é o mau relacionamento conjugal ou parental.

Ora, como podemos ver, as razões que estão por detrás da decisão ter apenas um filho apontam para constrangimentos de várias ordens. São antes de mais os problemas materiais, mas também a falta de disponibilidade, a idade avançada, a falta de saúde. Apenas uma inquirida em 10 disse, então, que não queira ter mais filhos por estar satisfeita com a sua descendência. Este dado é um indicador claro de que ter um único filho não se trata, a maior parte das vezes, da opção ideal, mas antes da concretização de o que podemos chamar um “projecto parental mínimo”.

¹¹⁴ Nesta amostra, a maioria das mulheres entrou na maternidade entre os 20 e os 24 anos (49%) e apenas 9% o fez depois dos 29 anos. Mas no caso das mães dos filhos únicos, a percentagem daquelas que entraram na maternidade a partir dos 30 sobre para praticamente um quarto. (Cunha 2000).

As “mães do filho único”: o impacto do contexto social

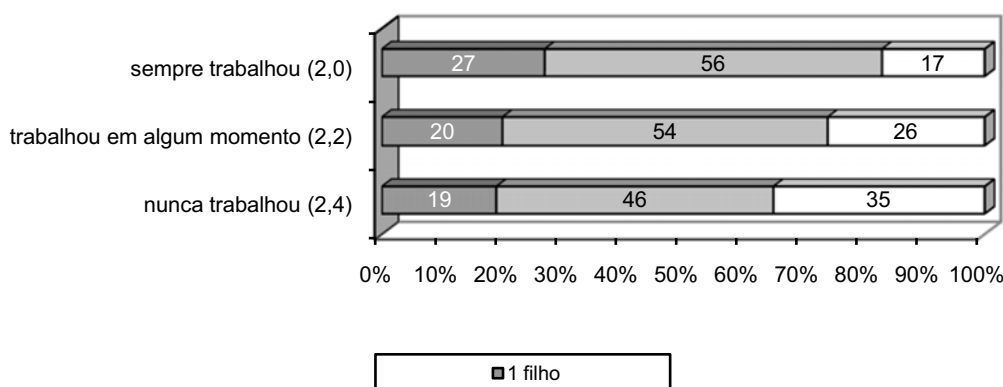
Quem são, então, as mulheres que têm as descendências mais contidas? Quem são as “mães do filho único”? São as que trabalham, na medida em que têm que conciliar a actividade profissional com a vida familiar? São as mais escolarizadas, na medida em que têm mais oportunidades de se realizarem pessoalmente que não apenas através da vida familiar?

Ora, se tivermos em conta algumas variáveis que definem o lugar da mulher na estrutura social, como a situação face ao mercado de trabalho¹¹⁵ e o nível de escolaridade, observamos que as descendências de filho único, apesar de atravessarem toda a paisagem social, marcam mais uns contextos do que outros.

São, de facto, as mulheres que se encontram de forma continuada no mercado de trabalho que têm as descendências mais contidas (gráfico n.º 5). Com efeito, 27% das inquiridas que sempre trabalharam tiveram apenas um filho, contra 20% daquelas que entraram e saíram do mercado de trabalho e 19% das que nunca trabalharam.

E, curiosamente, das mulheres que sempre trabalharam, aquelas que têm as descendências mais contidas não são as mais escolarizadas (gráfico n.º 6) – aquelas que, em princípio, têm actividades profissionais mais envolventes e que tendem a entrar mais tarde na maternidade – e sim as mulheres com níveis intermédios de escolaridade: 34% das inquiridas com o 2.º ou 3.º ciclo e 33% das inquiridas com o ensino secundário têm apenas um filho.¹¹⁶

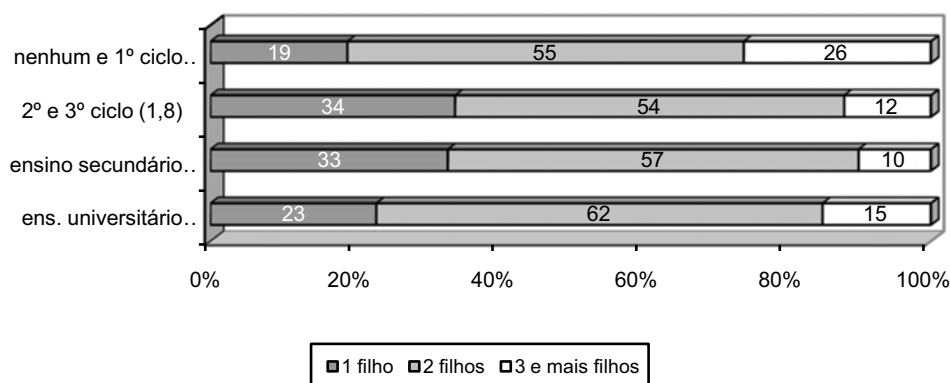
Gráfico n.º 5 - Descendência actual segundo a situação face ao mercado de trabalho



¹¹⁵ A “situação face ao mercado de trabalho” não corresponde ao indicador clássico “condição perante o trabalho”, que traduz o que se passa num dado momento, mas de um indicador construído, que procura, de certa forma, reconstruir a trajectória da mulher na sua relação com o mercado de trabalho, a partir de três cortes temporais: o início da conjugalidade; o nascimento do primeiro filho; e o momento actual. Assim, a “situação face ao mercado de trabalho” pode ser: sempre trabalhou (52%); trabalhou em algum momento (36%); e nunca trabalhou (12%).

¹¹⁶ Distribuição dos níveis de escolaridade no total da amostra: sem escolaridade e 1.º ciclo, 44%; 2.º e 3.º ciclo, 34%; ensino secundário, 11%; e ensino universitário, 11%.

**Gráfico n.º 6 - Descendência actual segundo o nível de escolaridade
 (no caso das mulheres que sempre trabalharam)**



Ora, o que é que está, então, em jogo? Estamos em crer que é o efeito combinado de dois factores. Por um lado, a dificuldade em conciliar a vida familiar e a vida profissional, não tanto em termos de aposta na carreira (já que as mulheres mais escolarizadas acabam por ter uma descendência “normativa”, 2 filhos em média), mas essencialmente na perspectiva da gestão quotidiana do tempo, do cansaço e da disponibilidade. Por outro lado, os custos materiais associados aos cuidados, à educação e ao bem-estar dos filhos.

Como podemos constatar no quadro seguinte, as inquiridas com níveis intermédios de escolaridade exercem actividades profissionais pouco ou medianamente qualificadas, regra geral ligadas aos serviços e à indústria, pelo que não têm a mesma capacidade económica das mulheres mais escolarizadas (profissionais intelectuais ou empresárias e dirigentes) para fazerem face às dificuldades que se colocam no campo da conciliação.

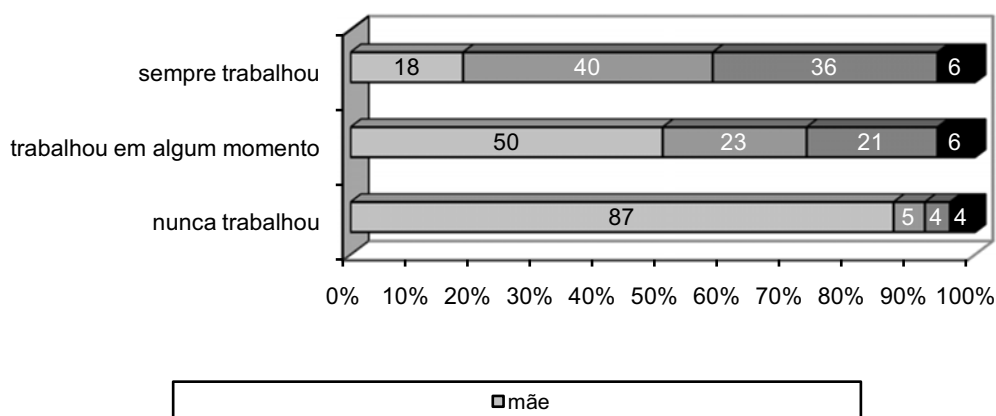
**Quadro n.º 3 - Classe sócio-profissional¹¹⁷ segundo o nível de escolaridade (%),
 (no caso das mulheres que sempre trabalharam)**

Nível de escolaridade	Classe sócio-profissional								Total
	ED	PIC	PTEI	EE	ENQ	IPP	OI	C+AA	
Nenhum e 1.º ciclo	-	-	-	13	20	11	38	17	100
2.º e 3.º ciclo	-	-	3	36	17	13	25	6	100
Ensino secundário	1	-	27	51	4	15	3	-	100
Ensino universitário	6	89	3	-	-	2	-	-	100
Todos	1	13	5	24	14	11	23	9	100

¹¹⁷ ED – Empresárias e Dirigentes; PIC – Profissionais intelectuais e científicas; PTEI – Profissionais técnicas e de enquadramento intermédio; EE – Empregadas executantes; ENQ – Empregadas não qualificadas dos serviços; IPP – Independentes e Pequenas patroas; OI – Operárias industriais; C+AA – Camponesas e Assalariadas agrícolas.

Se tivermos em conta, para dar apenas um exemplo, a questão da guarda das crianças (gráfico n.º 7), vemos que 36% das inquiridas que sempre trabalharam teve que recorrer a soluções de guarda pagas: creche, ama e empregada doméstica. Trata-se, como é óbvio, de um encargo pesado para grande parte das famílias portuguesas, num quadro em que a rede pública gratuita de jardins-de-infância é ainda insuficiente (Wall 2005, prelo).

Gráfico n.º 7 - Solução de guarda do 1º filho (1-2 anos) segundo a situação face ao mercado de trabalho



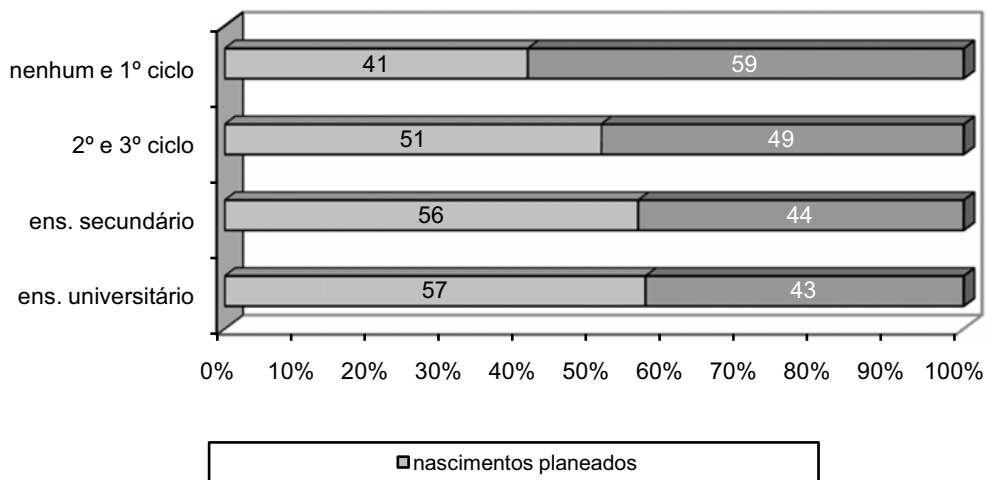
Ora, o grande investimento na mobilidade social dos filhos que caracteriza o quadro de existência das famílias nas sociedades contemporâneas (Almeida 1993; Wall 1998), assim como os constrangimentos materiais e de conciliação que se colocam no dia-a-dia das famílias, constituem, portanto, fortes razões para a limitação dos nascimentos na sociedade portuguesa, em especial nestas franjas intermédias e activas da população.

Mas porque é que são especificamente estas mulheres que acabam por ficar com as descendências mais contidas, e não aquelas que têm níveis escolares e qualificacionais mais baixos, onde, supostamente, os constrangimentos poderão ser ainda mais agudos?

A questão coloca-se ao nível das práticas, que não andam a par das aspirações neste domínio.¹¹⁸ De facto, as mulheres menos escolarizadas têm uma fecundidade ainda pautada por uma grande incidência de gravidezes acidentais (gráfico 8), o que as leva muitas vezes a terem mais filhos do que os efectivamente desejados (Cunha 2000, 2005). Este cenário altera-se a partir do 2.º - 3.º ciclo: o maior controlo sobre a fecundidade permite ter uma descendência mais limitada se assim se entender. Os capitais escolares revelam-se, sem dúvida, um trunfo fundamental na aquisição de competências no domínio do planeamento dos nascimentos.

¹¹⁸ São efectivamente as mulheres menos escolarizadas que têm os projectos iniciais mais contidos, ou seja, antes de entrarem na maternidade pensavam, mais frequentemente do que as restantes, constituir uma descendência limitada, nomeadamente a de filho único. Na base da decisão estão já preocupações desta natureza, i.e., a consciência clara de que são necessárias condições de ordem material para garantir o bem-estar e promover socialmente os filhos, condições essas que julgam não reunir (Cunha, 2000).

Gráfico n.º 8 - Planeamento dos nascimentos segundo o nível de escolaridade



Síntese final

Em síntese, podemos dizer que o recuo da fecundidade das últimas décadas, tornado possível graças às transformações no modo de viver a sexualidade e a procriação, ocorre a par de outras mudanças significativas da sociedade portuguesa, nomeadamente ao nível da condição social feminina e dos valores familiares (Almeida *et al.* 1998; Machado e Costa 1998; Vasconcelos 1998; Almeida e Wall 2001).

Neste domínio houve, como foi possível constatar, um claro e paulatino redimensionamento dos ideais de descendência de 2 a 3 filhos, na década de 70, para 2 filhos nos anos 90.

Mas se a normatividade em torno dos 2 filhos domina o universo das representações, a realidade é inegavelmente diversa, já que o filho único, que não marca em definitivo os ideais, tem um peso importante no conjunto das descendências. Entre o ideal e a prática há, então, um desfasamento.

A auscultação das razões enunciadas pelas inquiridas para ficarem pelo filho único aponta, assim, para a diversidade de condições que é necessário garantir para enquadrar a vinda de uma criança que já não deve ocorrer ao acaso: estabilidade económica, disponibilidade pessoal, saúde, equilíbrio afectivo, preocupação com a qualidade da educação.

Como tal, há uma franja da população portuguesa que tende a ficar mais frequentemente pelo filho único: são as mulheres que estão fortemente integradas no mercado de trabalho mas que têm qualificações intermédias. De facto, não só se debatem quotidianamente com os problemas inerentes à conciliação família-trabalho, como também têm dificuldade em fazer face aos constrangimentos de natureza económica, nomeadamente os custos inerentes à educação, ou mesmo criação, das crianças.

Garantir a mobilidade social dos filhos passa, para muitas famílias, por abdicar da descendência ideal – em regra, 2 filhos – e ficar pela descendência possível, pelo “projecto parental mínimo”, que constitui, em grande medida, a descendência de filho único.

Mas, apesar das profundas mudanças ocorridas na fecundidade ao longo dos últimos anos, o facto é que os contextos sociais continuam a marcar clivagens significativas nos comportamentos procriativos das famílias portuguesas. Como foi possível constatar a partir do indicador do planeamento dos nascimentos, e que veio confirmar os resultados de outros inquéritos (INE 2001), subsistem diferenças no acesso e na apropriação dos métodos contraceptivos, o que tem implicações ao nível das experiências individuais.

Se as mulheres com escolaridade intermédia tendem a recorrer a um planeamento vigilante, e assim responder à aspiração de promover socialmente a “descendência possível”, no caso das mulheres com baixos capitais escolares, o desencontro entre as aspirações e as práticas não poderá deixar de conduzir à reprodução das desigualdades sociais.

Bibliografia

Almeida, Ana Nunes (1993), *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.

Almeida, Ana Nunes e Guerreiro, Maria das Dores (1993), “A Família”. In Luís de França (coord), *Portugal, Valores Europeus e Identidade Cultural*, s.l., Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Almeida, Ana Nunes *et al.* (1995), *Os Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal*, Lisboa, CIDM.

Almeida, Ana Nunes *et al.* (1998), “Relações Familiares: Mudança e Diversidade”. In J. Viegas e A. Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras, Celta Editora.

Almeida, Ana Nunes e Wall, Karin (2001), “Família e Quotidiano: Movimentos e Sinais de Mudança”. In J. M. Brandão de Brito (coord.), *O País em Revolução – Revolução e Democracia*, Lisboa, Editorial Notícias.

Almeida, Ana Nunes *et al.* (2002), “Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal”. *Análise Social*, n.º 163 (n.º temático “Famílias”).

Ariès, Philippe (1988 [1960]), *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d’Água.

Bandeira, Mário (1996), *Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Bardet, Jean-Pierre e Dupâquier, Jacques (1986), “Contraception: les Français les premiers, mais pourquoi?”. *Communications*, n.º 44: 3-33.

Barreto, António e Preto, Clara (2000), “Indicadores Sociais: União Europeia, 1960-2000”. In António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1999*. Vol. II. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Carrilho, M. J. e Patrício, L. (2004), “A Situação Demográfica Recente em Portugal”. *Revista de Estudos Demográficos*, INE, n.º 36: 127-151.

Cunha, Vanessa (2000), *O Lugar da Criança nas Famílias Portuguesas. Uma Análise Sociológica da Fecundidade*, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Lisboa, ICS (policopiado).

Cunha, Vanessa (2005), “A Fecundidade das Famílias”. In K. Wall (org.), *Famílias em Portugal: Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Eurostat (2001), *European Social Statistics: Demography*, Luxemburgo, European Communities.

Eurostat (2005), “Europe in figures”, *Eurostat Yearbook 2005*, <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (Abril de 2006).

Girard, A. e Roussel, L. (1976), “Dimension ideale de la famille et tendances de la fécondité: comparaisons internationales”. *Population*, n.º 6.

Guerreiro, Maria das Dores (org.) (1998), *Trabalho, Família e Gerações. Conciliação e Solidariedades*, Lisboa, Celta Editora e CIES/ISCTE.

Guerreiro, Maria das Dores (2001), “Emprego em serviços familiares”. *Sociedade e Trabalho*, n.ºs 12-13: 91-106.

Instituto Nacional de Estatística (2001), *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997, Resultados Definitivos*, Lisboa, INE.

Kellerhals, Jean *et al.* (1982), *Mariages au Quotidien: Inégalités Sociales, Tensions Culturelles et Organisation Familiale*, Lausanne, P-M Favre.

Kellerhals, Jean *et al.* (1989), *Microsociologia da Família*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

Leridon, Henri (1987), “Deux siècles de régulation des naissances”. In H. Leridon *et al.*, *La Seconde Révolution Contraceptive. La régulation des naissances en France de 1950 à 1985*, Paris, INED/PUF (col. “Travaux et Documents”), 7-16.

Machado, Fernando Luís e Costa, António Firmino (1998), “Processos de uma Modernidade Inacabada”. In J. Viegas e A. Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

Munoz-Perez, Francisco (1987), “Le déclin de la fécondité dans le sud de l’Europe”. *Population*, n.º 6: 911-942.

Saraceno, Chiara (1997), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Presença.

Segalen, Martine (1999), *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar.

Shorter, Edward (2001), *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar.

Vasconcelos, Pedro (1998), “Vida familiar”. In J. Machado Pais (ed.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, ICS.

Wall, Karin (1998), *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Wall, Karin (prelo), *Políticas Familiares em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais (publicação prevista para 2007).

Wall, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal: Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais